

JN
13-4-42

O SINDICALISMO

para lá da cortina de ferro

Talvez seja altura de se lançar uma rápida vista de olhos sobre o panorama sindical internacional, a fim de colher, da experiência, as lições que só ela nos pode dar.

Nasceram os sindicatos como reacção contra os desmandos brutais do liberalismo económico, e nasceram com o carácter de órgãos de defesa dos trabalhadores. Quando a sua força se tornou maior, e mais coerente a sua acção, passaram ao ataque, transformando-se em órgãos da luta das classes. O marxismo viu neles e meio mais eficaz de união de todos os proletários e, por isso, os enalteceu como órgão ideal da revolução. Os cristãos sociais, vendo os riscos de uma orientação exclusivamente revolucionária, lançaram também os seus sindicatos com a dupla função de defesa e de levantamento do nível social e moral dos trabalhadores. Lutaram, por isso, com denodo e heróicidade, contra a unificação sindical, por temerem, com razão, o perigo de uma excessiva preocupação de «acção directa», que não pode satisfazer todo o anseio da alma humana.

E a razão estava a seu lado. Quando o Sindicato não tem por objectivo principal a ascensão progressiva dos trabalhadores em todos os aspectos (material, social, intelectual e moral), das duas, uma: ou permanece puro instrumento de luta de classes, pensando apenas num aspecto do problema social, ou então transforma-se em órgão de um partido, deixando de cuidar primariamente dos interesses dos associados.

Foi isto o que aconteceu com o nazismo. E isto que acontece com o comunismo.

Em todos os países, onde os comunistas têm real influência nos meios operários e sindicais, a sua primeira preocupação é transformar a liberdade sindical em sindicalismo unido, para, logo que possa, atingir o último estágio da «perfeição», substituindo o sindicalismo unido em sindicalismo único. E só questão de mudar uma letra...

O sindicalismo único desvirtua, com efeito, a função sindical, e faz perder ao Sindicato a sua influência nas massas operárias. Para a manter, terá de usar da violência e colocar-se ao serviço de uma força política também unitária e militarizada.

O exemplo que temos diante dos nossos olhos é suficientemente claro!

Mas vejamos o que aconteceu, por exemplo, na Jugoslávia.

Antes da agressão alemã contra aquela nação, quase todos os trabalhadores faziam parte dos Sindicatos unificados dos Trabalhadores, de orientação socialista, que mantinham estreitas relações com o socialismo francês e o Trade-unionismo britânico. No período entre as duas guerras, o sindicalismo obteve enormes progressos na legislação social: seguro na doença, sanatórios, inspecção do trabalho, protecção da juventude, livre escolha dos representantes operários, pagamento de horas extraordinárias a uma tarifa elevada, direito de greve, etc. Duzentos mil operários estavam livremente sindicalizados nestes organismos de defesa profissional.

Em virtude, porém, da sua simpatia pelas potências ocidentais (França e Inglaterra), o governo alemão forçou, em 1940, o governo de Bel-

dissolver estes sindicatos. Logo que se deu a ocupação alemã, os principais dirigentes foram perseguidos e internados em campos de concentração. Os comunistas ficaram livres na sua acção por tentarem orientar as massas operárias no sentido de Berlim-Moscovo. Esta situação mudou, porém, logo que se deu a agressão da Alemanha contra a Rússia.

Com a ascensão do marechal Tito ao poder, nova reviravolta se operou. Os sindicatos foram postos sob a vigilância absoluta do partido comunista, continuando no entanto alguns dirigentes sindicalistas em planos secundários. Tito nomeou então para chefe dos sindicatos um tal Djura Szallay, vindo de Moscovo com ordem de fazer «evoluir» os Sindicatos «unidos» em sindicatos «únicos».

Na primeira fase da sua acção Szallay fazia vincar a ideia de que os sindicatos únicos representavam todos os trabalhadores, porque neles continuavam dirigentes socialistas. Mas logo que o partido comunista se estabilizou no poder, começou a depuração. Chefes socialistas como Bogdan Krekitch e Milorad Belitch foram julgados sob a acusação escrita de Szallay de «não serem amigos sinceros da classe operária e de estarem, na realidade, na linha duma traição política, estranha à classe operária da Jugoslávia». Ao mesmo tempo os comunistas desencadearam uma intensa campanha contra os socialistas, acusando-os de estarem «em contradição irreductível contra o Governo popular e, por conseguinte, contra a política dos Sindicatos únicos que são os pilares do Governo nacional».

O crime mais grave que lhes apontaram foi a sua atitude «passiva e negativa a respeito de uma questão tão importante como a da emulação no trabalho». E que os comunistas haviam introduzido uma nova espécie de campeonato: o do maior trabalho, a que deram o nome de «emulação no trabalho». Os socialistas, na defesa dos interesses operários, reclamaram contra esta tal «emulação», mas a sua atitude foi declarada por Tito «sabotagem da nossa vida económica». Após esta declaração, os dirigentes socialistas tiveram de abandonar efectivamente os seus postos sindicais, ficando os sindicatos sob a direcção exclusiva do partido comunista. Foi então que se deu, às claras, a grande reviravolta sindical. Deixaram os sindicatos de ser órgãos duma classe, para se transformarem em órgãos auxiliares do partido governamental. Dantes, os sindicatos defendiam os trabalhadores diante do patrão. Hoje representam os patrões, isto é, o Estado-trust, o partido.

Embora a cotização seja obrigatória, os Sindicatos só defendem aqueles que são do partido, porque a «sua função é vigiar pela disciplina e não pelos interesses individuais». No congresso dos metalurgistas, em Jesenitz, na Eslovénia, chegaram mesmo a pôr o seguinte princípio «de

melhor maneira, de melhorar a situação económica dos trabalhadores».

Como órgãos da disciplina do Estado, os Sindicatos forçam os operários ao trabalho em períodos cada vez mais longos, lançando a campanha do «trabalho de assalto» que é, em última análise, o trabalho «voluntariamente» aceite pelo maior progresso... da classe operária. Em certas indústrias, são os operários obrigados a trabalhar quatro dias por mês sem salário, em benefício do partido — o que fez dizer a um jornal clandestino socialista: «De todas as nossas liberdades sindicais só nos resta uma: a de trabalhar gratuitamente para o partido comunista».

O direito de greve foi suprimido por Tito, salvo com sua autorização como foi a dos tipógrafos do jornal «Democracia» porque a greve contra a burguesia é um direito sagrado do proletariado na sua luta contra a exploração; pôr-se em greve contra a revolução é dar provas de hostilidade para com a classe operária e, por conseguinte constitui um crime contra a Rússia e o socialismo internacional» (Samuel Abrahamovitch Lozowski, no seu livro: *Os sindicatos operários na União Soviética*).

A função dos sindicatos únicos foi aliás definida por Tito no seu discurso de Sarajevo, de 1946: «Os sindicatos são os guardiões do Estado», o que significa, em linguagem clara: são uma secção da Ozna (polícia secreta).

Com efeito, em 4 de Setembro de 1946, o Congresso Sindical de Sarajevo declarou que «as organizações sindicais devem descobrir constantemente, e aniquilar os restos da reacção sob qualquer forma que se apresente, e devem educar a consciência da classe operária a preparar o seu futuro, conduzindo uma luta constante e encarniçada contra todos os elementos hostis, até seu completo aniquilamento».

Nisto deu o sindicalismo único, quando o Estado, confundido com o partido, resolveu tomar a sério conta dos Sindicatos. A defesa da classe operária passou a ser a defesa do partido. Aliás o Sindicato único ou é isto, ou não é nada.

Que os trabalhadores portugueses saibam para onde os querem levar aqueles que se apregoam... salvadores da classe operária, libertadores do proletariado, aniquiladores de todas as injustiças. A função sindical tem de ser outra, se não quiserem os trabalhadores perder de todo a liberdade humana.

ABEL VARZIM